

Estamos a viver o Ano Europeu da Educação pelo Desporto que por coincidência também é o ano em que se realiza o campeonato europeu de futebol em Portugal (Euro 2004) e os Jogos Olímpicos. Se considerarmos que acabámos de cumprir 30 anos sobre Abril, temos de concluir que estamos naturalmente a viver um tempo de balanço. Portanto, só nos podemos regozijar pela iniciativa do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, instituição sedeadada na Universidade Católica Portuguesa pela decisão de avançar para a edição de um número temático da sua revista, dedicado à problemática do desporto. Na qualidade de editor convidado, para além de agradecer e felicitar a direcção da revista por tal iniciativa não posso deixar de manifestar a minha enorme satisfação por poder colaborar na construção de uma obra como esta que junta diversos trabalhos de um conjunto de pensadores e investigadores nacionais de grande prestígio que de há vários anos a esta parte se têm dedicado à produção de conhecimento no âmbito do desenvolvimento do desporto, fundamentalmente no domínio das problemáticas sociais.

O desporto em Portugal não nasceu agora debaixo dos holofotes do Euro 2004, nem da circunstância de estarmos a viver o Ano Europeu da Educação pelo Desporto. Como refere Olímpio Bento, o «Homo Sportivus» é um modelo de homem que entrou progressivamente na cena da notoriedade na segunda metade do século passado. E continua, «basta que actualizemos um pouco os conhecimentos sobre a história do pensamento e das ideias no decurso do século dezoito e desde então em diante, nomeadamente sobre Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), Pestalózzi (1746-1827) e Humboldt (1767-1835) e sobre o impulso e esclarecimento que eles projectaram para outros seus continuadores, para percebermos que o «Homo Sportivus» tem aí as suas raízes. Na realidade, existe todo um percurso histórico realizado ao longo de finais do século dezanove e durante o século vinte que hoje temos de saber honrar e dar continuidade. Em conformidade, a edição deste número da revista «Povos e Culturas» procura fazer um balanço do «estado da arte» num dado momento histórico, que vai certamente constituir-se como um marco da produção científica em matéria de desenvolvimento do desporto.

Como nos diz Olímpio Bento, «se olharmos com acuidade para o outro lado do desporto, para lá da coreografia de gestos balizados pelo código de regras e

pelo reportório técnico-tático, vemos nele um texto onde se condensa e oferece a leitura da complexidade e variedade de aspectos que perfazem a vida dos homens e da sociedade.» Também este é o objectivo da presente edição. Quer dizer, pretende-se entender e levar a entender o desporto para além dos circunstancialismos do «reportório técnico-tático» para compreendê-lo nas relações que estabelece com os homens e a sociedade numa dinâmica de desenvolvimento humano. Para cumprirmos este desiderato há que, como nos diz Manuel Sérgio, radicalizar as questões para ir ao fundo dos problemas. De facto, «não há ética no discurso, se não se é radical na teorização de que nos ocupamos.» Na realidade, o grupo de técnicos, professores e investigadores que conseguimos juntar, têm vindo ao longo dos anos a radicalizar um discurso do conhecimento que se traduz na produção de conhecimento novo. São homens e mulheres que habituados a actuar como líderes de pensamento e a pensar como líderes de acção, na peugada daqueles que os antecederam estão a contribuir para a construção de um desporto novo em Portugal. Não tem sido tarefa fácil.

O desporto moderno em Portugal tem a sua fase de pré-arranque durante finais do século XIX e primeira metade do século XX. Em meados do século XIX, os jovens portugueses, que não alinhavam no grupo dos «janotinhas do passeio público», pegavam touros, corriam lebres, remavam em «guigas», velejavam em canoas do Tejo, eram bombeiros destemidos, dedicavam-se à ginástica de acrobacia e de aparelhos, jogavam ao pau e conviviam com os artistas dos circos Price, Diaz, Aragon e outros. Estas actividades desportivas, umas mais do que outras, foram acompanhadas, até à implantação da República, com grande interesse, pela família real. Por exemplo, em 1905, abriu a primeira escola de natação na Trafaria, e em 1906 realizou-se na baía do Alfeite a primeira prova de natação na distância de meia milha. O Rei D. Carlos ofereceu uma taça para primeiro prémio (Pontes, José, 1934)¹. Decorreu um século desde que a génese das práticas desportivas acontecia de forma espontânea, até aos tempos que correm em que trabalhos como os de Fernando Tenreiro cujo objectivo é a discussão das condições económicas para a produção de políticas públicas no domínio do desporto que contrariem a actual situação de estagnação do desporto português. No domínio económico, Margarida Baptista e Paulo Andrade discorrem sobre os aspectos relativos à avaliação financeira dos recursos empregues face aos resultados alcançados pelas federações desportivas. Finalmente Carlos Barros procura determinar a mediação da produtividade total nas actividades de formação das federações desportivas portuguesas nos anos de 1999 e 2000, utilizando para o efeito um método não paramétrico (DEA-data envelopment analysis). Estes trabalhos levantam questões fundamentais que possibilitam que a problemática do desenvolvimento do desporto, no que diz respeito ao controlo, passe a ter uma dimensão em que não sejam considerados só os aspectos propriamente

¹ José Pontes (1934): Quase um Século de Desporto. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.

desportivos, mas também os aspectos económicos e financeiros, através da introdução de indicadores de custo / benefício que, de uma maneira geral, têm sido pouco considerados no mundo das organizações desportivas.

Na realidade, em Portugal, a organização do desporto na sua dimensão burocrática tem pouco mais de um século. Datam do início do século XX as primeiras preocupações concernentes à sua estruturação para além das actividades espontâneas. Em 1905, por alvitre de Luiz Furtado Coelho, foi publicado o decreto que estabeleceu o ensino da ginástica nos liceus portugueses. Em 26 de Outubro de 1909, foi fundada a Sociedade Promotora da Educação Física Nacional. Presidida pelo Conde de Penha Garcia, desenvolveu a sua acção até ao ano de 1913. Em 1911 elaborou um «Projecto de Organização do Ensino da Educação Physica Nacional». É nesta perspectiva que entendemos o trabalho produzido por Pedro Sarmiento e António Rosado quando referem que «o desporto, com raízes histórias comuns ao movimento gímico e à educação física está em constante evolução.» «A prática desportiva está para além do espectáculo desportivo na medida em que é uma atitude perante a vida». Nestas circunstâncias a pedagogia do desporto, como referem, «é chamada a enfrentar velhos e novos desafios, numa sociedade sempre diferente em constante evolução», pelo que avançam com uma proposta de uma nova visão pedagógica que equaciona ou reequaciona a diversidade, a mudança, a ética e os necessários modelos estratégicos que respondam às novas dificuldades. Mas, no início do século passado, também a ideia olímpica estava a chegar a Portugal. Como afirma Fernando Ferreira, Pierre de Coubertin «lançou publicamente, e pela primeira vez numa conferência proferida em Paris no ano de 1892 a ideia da renovação dos Jogos Olímpicos. Em 23 de Julho 1894 no Grande Anfiteatro da Sorbonne foi aprovada a constituição do primeiro Comité Internacional Olímpico (CIO) e em 1896 realizaram-se em Atenas os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna. Portugal começou a pertencer ao clube olímpico em 1906, quando o Rei D. Carlos indicou ao Barão Pierre de Coubertin a pedido deste, o Dr. D. António de Lancastre, médico da Casa Real, para Encarregado de Negócios em Portugal do CIO. Entretanto em 26 de Outubro de 1909 foi fundada a Sociedade Promotora de Educação Física. O Comité Olímpico Português como com toda a propriedade argumenta o ex-atleta olímpico e ex-inspector superior da Direcção Geral dos Desporto, Orlando Azinhais, só viria a ser fundado em 30 de Abril de 1912, ano em que decorreram os Jogos Olímpicos de Estocolmo onde começámos a nossa aventura Olímpica em busca da superação. Infelizmente, não começámos bem já que na corrida da Maratona faleceu o nosso compatriota Francisco Lázaro.

Se olharmos para a história do desporto em Portugal a busca da superação na acepção que nos é dada por Jorge Araújo é uma constante ao longo dos tempos. Como diz o técnico de basquetebol de maior gabarito nacional, «na vida em geral e no desporto em particular, aprendemos que para haver superação, tem de existir pressão, exigência, aqui e ali, mesmo adversidade. Quase sempre, é na dificuldade que nos transcendemos na busca da concretização de objectivos.» Esta

dinâmica de superação também nos é trazida e demonstrada por Jorge Carvalho na sua sùmula acerca dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O problema é que nesta sociedade em busca de cada vez mais aceleração e velocidade, como nos diz Rui Proença Garcia, «talvez ninguém perca demasiado tempo a reflectir no facto de existirem, desde tempos imemoriais, manifestações humanas que podem expressar, sem custo, a ideia do nosso desporto.» Ao lermos o autor, vem à colação a institucionalização do primeiro clube português, a Real Associação Naval surgida em Lisboa no ano de 1856 e toda a dinâmica das regatas de vela e de remo que ao tempo, ainda envolvidas nas artes da pesca e dos transportes aconteciam no rio Tejo, lhe deram origem. Seguiu-se-lhe o Real Ginásio Clube. Até ao início do século XX as actividades desportivas desenvolveram-se de forma dispersa e circunstanciadas a determinadas classes sociais. A partir de 1910, começaram a aparecer clubes por todo o País. Em finais dos anos trinta, existiam mais de três centenas, principalmente localizados à volta dos três grandes centros urbanos e industriais Lisboa, Porto e Setúbal. A primeira federação desportiva, a União Velocipédica Portuguesa, foi fundada em 14 de Dezembro de 1899. Em finais dos anos trinta já existiam no país 16 federações desportivas. No mês de Março de 1926 foi fundada a Confederação Portuguesa de Desportos que, a breve trecho, deixou de funcionar. O associativismo desportivo a nível da sua cúpula é representado pelo Comité Olímpico de Portugal e pela Confederação do Desporto de Portugal fundada em 1993. Em 1997 foi criada a figura jurídica das sociedades anónimas desportivas (SADs) como entidades vocacionadas para a organização e gestão do desporto profissional nos clubes, as quais para o efeito têm um estatuto societário específico em certas vertentes, e no geral reportam para os requisitos jurídicos das restantes sociedades anónimas comerciais. A este respeito Pinto Correia, no seu texto, alerta os leitores para o facto de as empresas criadas terem de responder gestionariamente, quer em concretização de estratégias e objectivos, quer nos resultados financeiros e económicos, perante os seus «stakeholders», entre os quais se encontram agora os seus financiadores por excelência, isto é, os seus accionistas («shareholders»). Quer dizer que, nos últimos anos, estão a chegar ao desporto não só outras práticas ou outros modelos organizacionais, como também outros agentes interessados quer directa quer indirectamente não exclusivamente nas práticas em si como no passado, mas em toda uma indústria do entretenimento que se já organiza à escala do Planeta. Está neste caso também a íntima inter-relação que o desporto estabelece com o turismo, não só em termos individuais naquilo que tem a ver com a ocupação do tempo com as mais diversas actividades desportivas desde o espectáculo à prática propriamente dita, como também a dimensão relação desporto e turismo no quadro dos respectivos planos estratégicos de desenvolvimento das cidades, das regiões e até de países. Elsa Pereira e João Carvalho avançam no seu trabalho com um conjunto de modelos conceptuais que procuram estabelecer a relação entre desporto e turismo, bem como apresentam tendências de desenvolvimento relativamente ao futuro próximo. Este trabalho revela-se tanto mais importante

quanto se sabe que o turismo é um sector estratégico no desenvolvimento do país, pelo que a promoção da sua qualidade passa por considerar vários aspectos que lhe possam trazer vantagens competitivas no âmbito da competição interpaís, pelo que o desporto não pode deixar de ser considerado tendo em atenção os mais diversos segmentos sociais que ao longo do ano nos visitam.

Em 1916, organizado pelo Ginásio Clube Português, realizou-se o «I Congresso de Educação Física», tendo sido discutidas, durante três dias, diversas teses respeitantes à organização e institucionalização do desporto em Portugal. Contudo, os esforços de organização do desporto na primeira metade do século XX foram deveras contraditórios. Por um lado, era manifesto o desinteresse e até alguma oposição do Estado em relação a tudo aquilo que tivesse a ver com a prática desportiva. Assim, em 1932, no Decreto n.º 21:110, de 16 de Abril, que «aprovou e mandou pôr em execução o regulamento da educação física dos liceus», foram condenados os «desportos anglo-saxónicos». Os seus autores não entendiam que, como agora nos confirma Rui Proença Garcia, o desporto, mais que uma manifestação (bio)física, é o sentido de uma vontade própria. Em conformidade, em 1933, no 1.º Congresso dos Clubes Desportivos, houve um apelo das mais ilustres figuras da sociedade desportiva solicitando a intervenção do Estado no desporto (In: «Os Sports», 1/12/33), apelo esse que já vinha de há muito. Esta intervenção acabou por surgir com a institucionalização da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho em 1935, da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa em 1936 e da Direcção-Geral da Educação Física, dos Desportos e Saúde Escolar em 1942. Esta ordem desportiva durou até 25 de Abril de 1974. Desde 1976, o desporto passou a fazer parte dos direitos consignados na Constituição da República Portuguesa, que no Artigo 79.º determina que «todos têm direito à cultura física e ao desporto.» Lá se diz que «incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.» Contudo, o Decreto-lei 32946, de 3 de Agosto de 1943, que organizou o desporto no Estado Novo só viria a ser ultrapassado com a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei 1/90, de 13 de Janeiro) que criou um novo enquadramento jurídico para o desporto no país, enquadrando na referida Lei «aquilo que naquele momento se considerava ser desporto» (Rui Proença Garcia) ou o desporto. Esta cosmovisão perdurou até 2004 com a aprovação pela Assembleia da República de uma nova Lei, um novo enquadramento e consequentemente uma nova cosmovisão para o desporto no país.

Dados do Instituto Nacional do Desporto relativos a 2000 ² indicam um total de 8874 clubes no âmbito do desporto federado, admitindo-se que possam existir

² Instituto Nacional do Desporto (2002): Federações Desportivas Indicadores Desportivos e Financeiros 97 – 2000, Lisboa, Ministério da Juventude e do Desporto.

cerca de 9500 clubes desportivos. No que diz respeito às federações desportivas, segundo a mesma fonte estão contabilizadas 62 aceitando-se que possam existir cerca de 75 federações desportivas, número este com tendência para aumentar. Contudo, a taxa de associativismo desportivo, entre 1988 e 1998, decresceu de 36% para 21 % da população (Fernandes, Ana, 1998)³. Independentemente do tipo de associativismo, as taxas de adesão dos jovens portugueses são relativamente baixas.

Do ponto de vista orgânico o desporto em Portugal organiza-se em três níveis. Uma estrutura governamental, com serviços operativos no domínio da administração pública desconcentrada a nível distrital. A administração regional, com serviços político-administrativos a nível das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A administração pública local através das autarquias locais. É nesta dinâmica entre o público e o privado que a nível europeu foi configurado aquilo que é designado como o «modelo europeu de desporto» que deverá ficar explicado na futura constituição europeia, naquilo que tem a ver com direito de acesso à prática desportiva da generalidade dos cidadãos europeus. José Manuel Meirim, partindo da realidade inegável da dimensão do desporto moderno e utilizando a metáfora de Marcel Mauss, considera-o um «facto social total», recorrendo sobre o desporto enquanto valor constitucional. Nesta perspectiva, discursa acerca do valor lusófono do desporto no quadro das constituições dos países da comunidade.

As grandes acções de promoção da prática desportiva só arrancaram na década de setenta, com as enormes transformações sociais e políticas que se viveram no País a partir de Abril de 1974. A implantação do novo regime favoreceu, em 1975, a realização do ENDO – Encontro Nacional do Desporto, que teve como objectivo principal «promover o debate de ideias em torno de uma nova definição de desporto.» O País foi varrido por um vasto programa de actividades desportivas dirigidas à generalidade da população, executado pelo então designado MDV – Movimento Desportivo Voluntário. A partir de então começou a expandir-se o «movimento da corrida» nas ruas e nas estradas, muitas vezes espontâneo e inorganizado, que veio não só gerar um volume de praticantes muito significativo, como também a proporcionar as condições para o aparecimento de grandes corredores de fundo e meio fundo, com projecção internacional, como, por exemplo entre outros, Carlos Lopes, Fernando Mamede, Rosa Mota e, mais recentemente, António Pinto e Fernanda Ribeiro. Salvo raras excepções, temos de estranhar o menosprezo a que a grande maioria dos heróis desportivos têm sido votados num quadro de promoção de uma educação desportiva da juventude portuguesa. Provavelmente, ainda são laivos do funda-

³ Ana Fernandes (1998): Identidade Nacional e Cidadania Europeia, In: Os Jovens Portugueses de Hoje. Lisboa, Celta, Obra patrocinada pela Secretaria de Estado da Juventude, no âmbito do Observatório Permanente da Juventude Portuguesa.

mentalismo de 1932 que condena as práticas desportivas pelos aspectos negativos que são atribuídos à competição. António Marques no seu ensaio com grande oportunidade aborda esta questão perguntando: «Que sentido teria o desporto para a criança sem competição?», avançando para uma perspectiva ideológica em que defende a competição como elemento estruturante de toda a educação desportiva, o que terá necessariamente de conduzir à assumpção educativa de uma galeria de heróis desportivos que hão-de passar para a juventude as virtualidades de uma prática desportiva ao longo da vida. As dificuldades, contudo, não se esgotam só no domínio da coerência ideológica que deve colocar em sintonia a realidade desportiva que acontece à escala mundial, com as novas necessidades decorrentes de sucessivas gerações de jovens que devem encontrar nos estabelecimentos de ensino básico e secundário as condições óptimas de acesso à prática desportiva. Entre a institucionalização da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa em 1936, e as reformas do Sistema Educativo e Desportivo acontecidas respectivamente nos anos oitenta e noventa, não foi possível encontrar um máximo denominador comum ideológico capaz de catapultar o desporto enquanto instrumento educativo para uma dinâmica de acordo com a emergência de um novo século. Muito embora o Programa do Desporto Escolar tenha ganho significado estratégico no que concerne à promoção das práticas desportivas entre a juventude escolar, o que é facto é que muita coisa ficou por esclarecer, desde logo a existência de perspectivas políticas claras no que diz respeito à identidade pedagógica do desporto em ambiente educativo bem como à estrutura e à dinâmica da sua organização. A este respeito as opiniões expressas por André Escórcio, docente na Escola B+S Gonçalo Zarco da Região Autónoma da Madeira, são demolidoras mas lúcidas, ao afirmar que «é preciso que se assuma que o quadro actual que configura a Educação Física Escolar é, genericamente, de péssima qualidade.» A problemática da qualidade e da excelência requer uma nova perspectiva organizacional para o desenvolvimento do desporto no sistema de ensino. Conclui pela necessidade urgente da reformulação organizacional e programática da Educação Física enquanto disciplina curricular dos programas dos ensinos básico e secundário, numa perspectiva de educação desportiva, provocando uma ruptura com uma prática que já não satisfaz as necessidades das crianças e dos jovens que vivem a plenitude da sua vida já no século XXI. Como é fácil de verificar não é por falta de estudo e de trabalhos de reflexão e investigação que este problema, há muito, não podia, com coerência e operacionalidade, estar resolvido. Por exemplo, Carlos Neto, um dos investigadores de grande prestígio nacional e internacional no domínio da motricidade infantil, levanta com grande oportunidade a questão dos modelos de formação desportiva para a infância na sociedade actual. Na sua perspectiva, quando se estuda o desenvolvimento motor, é necessário partir em busca de uma explicação integrada entre desenvolvimento e aprendizagem, ecologia e crescimento, génese dos padrões motores e jogo e desenvolvimento, num perspectiva multidisciplinar com coerência interpretativa e explicativa. Conclui que «a independência de mobili-

dade das crianças em meios urbanos, está associada a uma série de factores complexos, que passam por uma boa definição de decisões governamentais e municipais sobre políticas centradas na infância.»

O mundo do desporto, a par da sociedade em geral, vive um tempo de mudança, um tempo de turbulência, de antagonismo de ideias entre o velho e o novo, entre o imobilismo e a inovação que encontra em si as potencialidades necessárias à evolução e ao progresso sem ser à custa da qualidade de vida das gerações futuras. A «Carta Europeia de Desporto para Todos» do Conselho da Europa, durante os finais da década de setenta e a de oitenta, serviu de orientação às políticas desportivas conduzidas a nível governamental. Aqueles anos foram, tanto em Portugal como na generalidade dos países da Europa Ocidental, os anos dourados do «estado providência» que sustentou as suas políticas no programa europeu designado de «Desporto para Todos». A partir deste programa organizaram-se inúmeras actividades desportivas formais dirigidas à população em geral, bem como a prática de novas modalidades desportivas marcadas por motivações ecológicas, pela fruição da natureza, pelo culto da imagem e da estética corporal. Contudo, a partir dos anos noventa, a estratégia das políticas desportivas, em virtude de um arrefecimento da intervenção do «estado providência» voltou-se para o desenvolvimento do desporto federado. Em Portugal, o apoio estatal a nível central passou a ser realizado essencialmente através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as diferentes federações desportivas. Em conformidade, a Administração Pública apoiou fundamentalmente o sistema de alta competição conducente à obtenção de resultados desportivos com forte projecção internacional. Em consequência, se por um lado a taxa de participação desportiva decaiu significativamente durante os anos noventa, por outro, é geralmente reconhecido que, no capítulo da alta competição, durante esta década foram obtidos resultados de grande significado internacional em diversas modalidades desportivas. Maria José Carvalho, docente da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade do Porto sistematiza de uma forma clara as relações entre a alta competição e a lei, elucidando a inserção da problemática da alta competição nos programas dos Governos Constitucionais. A autora esclarece ainda aquilo que está configurado na Lei de Bases do Sistema Desportivo, como também o que se expressa na nova e famigerada Lei de Bases do Desporto. Finalmente, sistematiza um conjunto de direitos e deveres inerentes aos agentes desportivos que protagonizam a alta competição no país, concluindo por uma profunda intimidade entre a alta competição e a lei, que decorre de uma vontade política dos vários Governos Constitucionais. Deste modo, é necessária uma capacidade de inovação constante que responda às necessidades de um sistema de grande complexidade a evoluir a uma velocidade alucinante. O problema que decorre desta assumpção da política desportiva a partir do alto rendimento e do espectáculo desportivo, traduzido em grandes eventos desportivos como o Master de Ténis, o Mundial de Pista Coberta em 2001 e entre outros o Campeonato Europeu de Futebol em 2004, traduz um

desequilíbrio gritante no que diz respeito à responsabilidade do Estado em promover políticas a montante que garantam a prazo o necessário efeito de volume necessário a um desenvolvimento desportivo equilibrado. O trabalho assinado pelo autor destas linhas em colaboração com Carlos Colaço e Rebocho Lopes, traduz precisamente a necessidade de estabelecer racionalidade na decisão em matéria de política desportiva, racionalidade esta da responsabilidade do Estado, sob pena de numa sociedade liberal, as assimetrias regionais e sociais ainda se acentuarem mais precisamente devido à acção do Estado pelas políticas conduzidas a nível dos governos. Os números das poucas estatísticas que é possível apurar, indiciam uma situação preocupante e difícil senão impossível de alterar a curto prazo. De facto, muito embora 47% da população portuguesa tenha afirmado em 1998 que gosta bastante de desporto (In: Marketest – Consumidor, 1999), na realidade, segundo dados da União Europeia, somente 22% diz praticar desporto com regularidade. Em termos europeus é uma taxa baixa provavelmente com tendência para decrescer, até porque as estatísticas da demografia desportiva do Ministério da Juventude e Desporto indicam que, entre 1988 e 1998, a taxa de participação desportiva decresceu de 27% para 23%. No período em causa, em conformidade com o que se passa no cenário internacional, verificou-se um aumento da prática desportiva ao nível dos adultos e idosos, mas simultaneamente registou-se um decréscimo acentuado ao nível dos adolescentes e jovens. O próprio desporto federado, no mesmo período de tempo, cresceu somente de 3% para 4% da população praticante. Segundo o Instituto Nacional do Desporto em 2000 estavam inscritos em 62 federações desportivas 317798 praticantes. Contudo, com a melhoria das condições de vida de estratos significativos da população portuguesa, conseguidas nos últimos 20 anos, os jovens e adultos em idade mais baixa, parece terem iniciado uma reinterpretação do desporto através das mais diversas práticas desportivas informais que escapam às estatísticas tradicionais. Duarte Araújo e Sidónio Serpa fazem a este respeito o levantamento daquilo que em matéria de psicologia do desporto aconteceu não só na cena nacional como internacional, augurando um futuro promissor para a psicologia no domínio da formação inicial bem como na área da intervenção profissional especializada. É que hoje a diversidade das práticas e dos praticantes alargou-se extraordinariamente, pelo que da alta competição à recreação, o apoio de especialistas e na situação presente de especialistas em psicologia do desporto, é de fundamental importância até no que concerne aos critérios da escolha em matéria de políticas públicas desportivas. O desporto tem vindo a expandir-se para além das práticas formais, pelo que está a florescer uma nova cultura desportiva consubstanciada naquilo a que Olímpio Bento chama uma «ética indolor», associada à fruição de valores de pendor hedonista e à rejeição do esforço, do suor, da disciplina e do sacrifício. Nesta perspectiva aberta de entender a prática desportiva, se forem contabilizados os caçadores com um total no país de cerca de 400 mil e os pescadores desportivos com cerca de 200 mil, a taxa de participação desportiva poderá subir para valores mais favoráveis, muito embora não

branqueie as desastrosas decisões que em matéria de política desportiva têm sido realizadas nos últimos anos. Olavo Malveiro e Rui Lança sistematizam o que a este respeito se passa no mundo do trabalho, um sector desportivo com largas tradições no mundo da organização desportiva nacional, que tem mantido uma orientação firme ao longo dos anos, sem ceder a modas passageiras e sem deixar de cumprir a missão especial de que é responsável. Mas se atendermos às palavras de Odete Graça no que diz respeito do acesso da mulher ao desporto, a situação assume aspectos muito preocupantes. Segundo a autora, em Portugal não houve, até à década de 90 nenhuma iniciativa que promovesse o debate sobre a (des)igualdade da mulher no desporto. Só com a realização do 1.º Congresso «A Mulher e o Desporto» realizado em 1996, promovido pelo Movimento Democrático das Mulheres, é que pela primeira vez a problemática do desporto foi abordada de forma tão ampla e diversificada. Não faz sentido diz-nos ainda, «que numa sociedade que se deseja evoluída e em pleno século XXI, a situação das mulheres quanto à sua presença no desporto como praticante, treinadora, juiz, árbitra ou dirigente, se assemelhe mais à de um país do terceiro mundo.» Repare-se, por exemplo, que o Comité Olímpico de Portugal, que neste domínio devia ser exemplar tem somente uma mulher entre os seus corpos dirigente eleitos e, mesmo assim, num lugar secundário.

Os dados conhecidos indicam uma necessidade imperativa de ser o Estado a estabelecer os equilíbrios necessários a uma sociedade que cada vez mais fundamenta o seu desenvolvimento numa lógica de mercado. Obrigam a que a entidade pública com competência para tal o Instituto do Desporto de Portugal tenha não só por vocação e missão apoiar o desporto federado e a alta competição, mas principalmente os programas conducentes à generalização da prática desportiva de maneira a conseguir um significativo efeito de volume no desporto nacional. No fundo trata-se de acertar a prática política com a teoria determinada pelo quadro ideológico acordado na «Carta Europeia do Desporto» aprovada pelos Ministros Europeus responsáveis pelo desporto em Rhodes, Maio de 1992. A Carta, na esteira do pensamento de Manuel Sérgio (1989), Olímpio Bento (1989) e tantos outros pensadores europeus em matéria de desporto, define-o como «todas as formas de actividade física que através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.» Nesta perspectiva, se o projecto «Mexa-se» que decorre em 2004, no âmbito do «Ano Europeu da Educação pelo Desporto», do ponto de vista da promoção da prática desportiva pode ser enquadrado no espírito da Carta, por outro, é de lamentar que seja o próprio Governo através do Instituto do Desporto de Portugal, a suportar o programa através do recurso a entidades privadas, ligadas à indústria da «fast food» e dos refrigerantes. Na verdade, para além de ser questionável que o Estado para cumprir a sua missão tenha de ser patrocinado por empresas privadas, por outro, como é reconhecido pela generalidade das pessoas envolvidas nas mais diversas vertentes

da saúde e da qualidade de vida, as empresas em causa levantam graves questões no que diz respeito à saúde. O imperativo do equilíbrio deve orientar a acção do Estado sob pena de ser o próprio Estado a promover novos desequilíbrios sociais.

Se existem aspectos em que a situação desportiva evoluiu significativamente nos últimos trinta anos, o das instalações é, certamente, um deles. Considerando a taxonomia adoptada no âmbito da administração pública (www.indesporto.pt), existem no país 2716 grandes campos, 3510 pequenos campos, 59 pistas de atletismo, 1090 campos de ténis, 1224 salas, 836 pavilhões, 355 piscinas cobertas e 325 piscinas de ar livre. Se tivermos em conta que em 1975 (Carvalho, M., 1975) ⁴ em relação às instalações cobertas existiam 120 pavilhões, 20 piscinas e 21 tanques e quanto às descobertas 481 polidesportivos e 30 pistas de cinza (14 de piso sintético em 1994), pode-se perceber o extraordinário salto dado nesta matéria pelo país. Se considerarmos ainda que o objectivo então afirmado pretendia atingir uma situação de 222 pavilhões, 186 piscinas, 425 tanques, polidesportivos (sem necessidades), 50 pistas de atletismo pode-se verificar o extraordinário salto quantitativo e qualitativo que o país deu nos últimos 30 anos em matéria de instalações desportivas.

Como refere José Pedro Rebocho Lopes, a gestão do desporto no país é um aspecto crucial em termos de desenvolvimento. Os recursos humanos materiais e financeiros envolvidos obrigam a uma nova prática no que diz respeito à gestão do sistema desportivo a nível do seu vértice estratégico, que promova uma ruptura entre o velho dirigente dileitante e as novas necessidades sociais que não se compadecem com um amadorismo muitas vezes de grande irresponsabilidade. Isto significa que é necessário encontrar respostas a três níveis das organizações desportivas. Em primeiro lugar, é necessário encontrar mecanismos que facilitem a vida a todos aqueles dirigentes que a nível do centro operacional do sistema, de uma forma benévola, promovem, organizam e mantêm as actividades desportivas nos mais diversos organismos do sistema desportivo. Em segundo lugar, é fundamental começar a formar estruturas intermédias com um alto perfil profissionalizado que respondam às novas necessidades organizacionais do desporto moderno. Finalmente, há que considerar a figura do dirigente não executivo que no vértice estratégico das organizações preserva os valores que devem presidir à organização em causa. Rui Claudino desenvolve o seu trabalho no domínio dos sistemas de informação aplicados ao desporto, propondo uma solução prática dedicada dada a especificidade e natureza das actividades desportivas. E apresenta o caso da Federação Portuguesa de Patinagem que utiliza o sistema de informação SisGESDF para planear, organizar e controlar a actividade operacional dos respectivos campeonatos. O sistema em causa suporta os sorteios das equipas, o planeamento das jornadas, a elaboração das matrizes e respectivos calendários de

⁴ Carvalho, Melo (1975): *Desporto e Revolução, Uma Política Desportiva*, Lisboa, Direcção-Geral dos Desportos.

jogos, o registo dos golos e da disciplina através dos boletins de jogo, a nomeação dos árbitros, a classificação das equipas e a lista dos melhores marcadores. Estão também contempladas as tarefas relacionadas com o conselho de justiça e disciplina, através da definição e registo dos castigos e penas a aplicar a clubes e jogadores. Para além disso, o sistema está preparado para a emissão das licenças federativas dos jogadores dos diversos escalões competitivos.

O desporto em Portugal apresenta diversos paradoxos e contradições. Por um lado, tem estado condicionado às difíceis condições económicas e sociais do país, mas, por outro, apresenta resultados em algumas modalidades e de atletas individuais que ultrapassam significativamente aquelas dificuldades. Vive a crise do «modelo europeu de desporto» bem como as contradições entre as políticas dirigidas mais ou menos para a massa ou para a elite. Em conformidade, é de fundamental importância que se encontre a verdadeira vocação de cada sector de prática ou de actividade desportiva bem como o padrão de intervenção do Estado e suas relações com o Movimento Desportivo. O salto qualitativo e quantitativo do parque de instalações para o desporto formal foi significativo, contudo, tudo indica que a adesão das novas gerações à prática desportiva está a ser realizada no domínio do informal e do inorganizado, pelo que se torna necessário dar nova orientação às políticas de equipamentos desportivos. Muito embora exista um esforço significativo na formação de quadros a nível superior, o dirigismo desportivo perpetua-se no poder impedindo o acesso às novas gerações em busca no desporto de uma profissão interessante num mundo onde as profissões interessantes estão a rarear.

Finalmente diremos que a importância que o desporto assume na sociedade actual requer um maior investimento da classe política e dos partidos para o estudarem e compreenderem a fim de ser possível a idealização de políticas desportivas claras e objectivas que tenham em atenção os reais interesses das populações sobretudo as mais desfavorecidas. Manuel Sérgio termina a sua prosa perguntando: «Como se produz, na perspectiva desportiva, a passagem da explicação à compreensão, do empírico ao teórico, do figurativo ao temático?» Esperamos que este número da revista «Povos e Culturas» contribua para que a resposta possa começar a ser encontrada. Por isso o nosso agradecimento a todos aqueles que connosco colaboraram.

Lisboa, Julho 2004

Gustavo Pires